

...continuação

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021
PIS diferido.....	33.591	558	33.433	4.871	28.562
COFINS diferido.....	156.683	-	153.997	22.436	131.561
Total.....	190.554	3.124	187.430	27.307	160.123

13.2. Imposto de renda e contribuição diferido

	31/12/2023	Movimentação	31/12/2022	Movimentação	31/12/2021
Ativo/passivo					
Prejuízo fiscal/Base negativa.....	(5.590)	(245)	(5.345)	8.319	(13.664)
Lucro diferido da construção.....	11.814	(102)	11.916	1.417	10.499
Recicla de ativo financeiro/AVP.....	106.335	20.481	85.854	18.627	67.227
Ajuste IFRS 16/CPIC 47.....	183.904	963	182.941	33.368	149.573
Outras provisões.....	(1.063)	(1.063)	-	-	-
Total não circulante.....	295.400	20.034	275.366	61.731	213.635
Detalhamento do não circulante.....	31/12/2023	31/12/2022			
Ativo.....	(5.590)	(5.345)			
Passivo.....	300.990	280.711			
Total ativo/passivo diferidos.....	295.400	275.366			

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme evidências existentes de lucros tributáveis futuros. Com base no plano de negócios da Companhia, é estimado que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados conforme demonstrado abaixo:

Períodos	31/12/2023	31/12/2022
2023.....	-	1.355
2024.....	3.990	3.990
Total.....	3.990	5.345

14. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 05 de setembro de 2022, foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração - RCA, aumento de capital no montante de R\$30.500 mediante utilização de suas reservas de lucros, passando sua totalidade de capital de R\$176.501.000 para R\$206.501.000, com a emissão de 30.500 ações ordinárias no valor nominal de R\$1.00 cada. Em 05 de maio de 2023, ocorreu a efetiva transferência de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social ("Ações da Requerente") detido pela Cymil Construções e Participações S.A. para a Br. En. Fund. de Investimentos em Participações Multistratégia, conforme livro de transferência de ações arquivadas na Companhia sendo celebrado nesta mesma data o 4º Adilamento ao Acordo de Investimento e Outras Avenças ("SPA" ou "Contrato"), dentro de outros documentos. Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$206.501.000 dividido em 206.501.000 ações ordinárias, sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2023	Valor	31/12/2022	Valor
Quotistas				
Cymil Construções e Participações S.A.....	0%	(em reais)	50%	(em reais)
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia.....	165.200.800	80%	165.200.800	61.950.300
Quotista em Participações S.A.....	206.501.000	100%	206.501.000	100%
Total.....	206.501.000	100%	206.501.000	100%

b) Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, por rata dia, da taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado à existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE - realizada na data 30 de abril de 2023 às 11:00 horas, os antigos acionistas renunciaram os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2022, no montante de R\$30.500, os quais foram destinados a reserva de lucros da Companhia Extraordinária - AGE realizada na data 23 de junho de 2023 às 13:00 horas, foi aprovado a declaração e o pagamento de dividendos originários da reserva de lucros no montante de R\$8.088 e, juros sobre capital próprio no montante de R\$25.942. Os valores foram totalmente pagos na mesma data da deliberação. Conforme Assembleia Extraordinária - AGE realizada na data 20 de dezembro de 2023 às 10:00 horas, foi aprovado a declaração e o pagamento de dividendos originários da reserva de lucros no montante de R\$168.302 e, juros sobre capital próprio no montante de R\$21.698 oriundos do lucro acumulado do exercício de 2023. Os valores foram totalmente pagos na mesma data da deliberação. Abaixo a composição e apresentação dos montantes relacionados a pagamentos e provisões de dividendos e juros sobre capital próprio sobre o lucro líquido auferido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício.....	140.721	155.736
(i) Reserva legal.....	(7.036)	(7.787)
(ii) Reserva de incentivo fiscal.....	(13.688)	(13.824)
Lucro ajustado.....	119.996	136.125
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%.....	29.999	34.032
Dividendos e JSCP pagos antecipadamente.....	(21.698)	-
Constituição dividendos mínimos obrigatórios.....	8.301	34.032

c) Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, d) Reserva de incentivos fiscais: Conforme laudo consultivo nº 0092/2023 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 20 de julho de 2023, foi garantido à Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição do direito do benefício fiscal consignado no referido laudo, é de 01 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2031. e) Reserva de lucros a realizar: O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 se constitui do saldo resultante do lucro acumulado. Os administradores efetuaram a proposta sobre a destinação deste saldo em Assembleia Geral. 15. Receita operacional líquida: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	2023	2022
Remuneração do ativo de contrato.....	275.766	249.623
Recicla de O&M.....	6.546	6.532
Recicla de construção - Ativo de contrato.....	(120.875)	240.204
Outras receitas.....	90.706	9.279
Recicla operacional bruta.....	250.145	505.638
(i) PIS e COFINS.....	(23.876)	(46.772)
Recicla operacional líquida.....	226.269	458.866

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Aos Administradores e Acionistas da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as demonstrações financeiras e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa auditoria não expressa opinião sobre a apresentação das demonstrações financeiras na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração

TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRECIDADE S.A. - CNPJ/MF nº 26.895.182/0001-19

	2023	2022
Recicla de operação e manutenção.....	4.346	6.532
Custo de operação e manutenção.....	(5.216)	(5.032)
Total Margem de O&M.....	(670)	1.500
Margem percebida (%) (ii).....	20%	23%

(ii) Variação decorrente do reconhecimento de receita de O&M em decorrência da transferência da gestão da concessão para o único e atual acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multistratégia em abril de 2023 16. Custos e despesas por natureza: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia nos exercícios de 2023 e 2022:

	2023	2022
Custo de construção (iii).....	15.867	(148.725)
Custo de operação e manutenção.....	(5.216)	(5.032)
Serviços de terceiros (i) - Custos.....	(492)	-
Outros - custos.....	193	-
Total custo.....	10.166	(153.757)

	31/12/2023	31/12/2022
Material.....	(46)	(4)
Serviços de terceiros (ii).....	(7.980)	(7.380)
Outras despesas.....	(85)	(435)
Total.....	(8.111)	(7.819)
Total.....	2.055	(161.576)

(i) Refere-se a serviço vigilância, meio ambiente e outros. (ii) Refere-se serviços de gestão empresarial, serviços administrativos compartilhados, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e outros. (iii) Reversão de custos de construção provisionados em anos anteriores e não incorridos cuja reversão ocorreu em decorrência da conclusão da obra em 2023. 17. Resultado financeiro líquido: O resultado das demonstrações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	2023	2022
Recicla de aplicação financeira.....	21.808	15.068
Recicla de atualização monetária.....	2.040	-
Outras receitas financeiras.....	175	-
(i) PIS e COFINS sobre receita financeira.....	(1.117)	-
Recicla financeiras.....	22.908	15.068
Juros sobre financiamentos.....	(82.572)	(83.948)
IOF.....	(177)	(711)
Custo de captação.....	(1.430)	-
Outras despesas.....	(424)	(2.899)
Despesa financeira.....	(84.678)	(87.558)
Resultado financeiro líquido.....	(61.772)	(72.490)

18. Imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	2023	2022
Imposto de renda.....	164.185	221.728
Contribuição social.....	164.185	221.728
Alíquota vigente.....	14,10%	25%
Despesa de IR e CSLL calculada.....	(41.049)	(55.432)
Juros sobre Capital Próprio.....	13.689	-
Incentivo Fiscal Sudene.....	1.806	11.824
Outros.....	667	(1.782)
Despesa de IR e CS.....	(13.642)	(45.390)
Total dos tributos diferidos.....	(13.642)	(45.390)
Despesa total com tributos.....	(13.642)	(45.390)
Alíquota efetiva.....	14,29%	29,76%

19. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamento dos de risco exercidos pela Companhia. a) Gerenciamento de riscos: Visão geral A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (i) Risco de crédito. (ii) Risco de mercado. (iii) Risco de liquidez. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. i) Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falta destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	16.142	90.019
Contas bancárias e aplicações vinculadas (nota 5.1).....	6.879	6.086
Outros ativos financeiros.....	2.811	20.811
Aplicação financeira vinculada (Nota 6).....	19.526	20.670
Total.....	2.060.042	2.033.251
Ativo de contrato (Nota 9).....	2.129.434	2.172.816

Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Ativo de contrato - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários das concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST. i) Contratos de Constituição de Garantia - CGG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociação de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CGG ou a CFB. iii) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxa de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

tracção é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados

	31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos financeiros por indexador		
Aplicações financeiras.....		
Aplicações financeiras equivalentes de caixa (CDI).....	16.133	85.868
Aplicações financeiras vinculadas (CDI).....	19.526	20.670
Passivos financeiros.....		
Financiamento (TJLP).....	992.120	945.180

iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2023. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Valor	Até	Entre 2 e	Acima de
	contábil	12 meses	3 anos	3 anos
Fornecedores.....	3.038	3.038	-	-
Empréstimos e financiamentos.....	992.120	79.762	81.399	1.799.391
Total.....	995.158	82.800	81.399	1.799.391

b) Categorias de instrumentos financeiros Ativos financeiros Bancos..... Custo amortizado Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)..... Valor justo por meio de resultado Concessionárias e permissionárias..... Custo amortizado Passivos financeiros Fornecedores..... Custo amortizado Empréstimos e financiamentos..... Custo amortizado Partes relacionadas..... Custo amortizado Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Concessionárias e permissionárias - a Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c) Hierarquia do valor justo: Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente por preço ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	31/12/2023	31/12/2022
Descritivo	contábil	justo
Aplicação financeira (caixa e equivalentes).....	Nível 2 16.133	16.133
Aplicação financeira vinculada.....	Nível 2 19.526	19.526
Total.....	35.659	35.659

	31/12/2023	31/12/2022
Descritivo	contábil	justo
Financiamento - BNDES.....	Nível 2 1.015.082	1.015.082
Total.....	1.015.082	1.015.082

20. Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31 de dezembro de 2023 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros controlados pela Companhia está demonstrado a seguir:

	Limite de indenização	Vigência
Tipo		
Riscos Operacionais.....	Tóxico Marine	75.000 25/11/24
Responsabilidade Civil.....	Chubb Seguros Brasil	30.000 25/05/24
Responsabilidade Civil Profissional.....	Austral Seguradora	3.400 09/03/24
Responsabilidade Civil para Gestores.....	Chubb Seguros Brasil	20.000 31/07/24
Aeronautical (Drones).....	Mapfre Seguros	2.152 24/11/24

21. Contingências: A Companhia é parte em demandas trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda. Contingências passivas com avaliação de risco possível: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não representam uma perda significativa para a Companhia, por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 estavam assim relacionadas:


	31/12/2023
Cíveis.....	Qtd. 26
Fiscais.....	11 4.904
	13 4.930

STF - Relativização da coisa julgada: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2023, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras. 22. Eventos subsequentes - Deliberação de juros sobre capital próprio não pagos: Na data 31 de janeiro de 2024, ocorreu Assembleia Extraordinária - AGE às 15:00 horas, foi deliberada a antecipação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.482 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de janeiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025 Na data 29 de fevereiro de 2024 ocorreu Assembleia Extraordinária - AGE às 15:00 horas, foi deliberada a antecipação da destinação de juros sobre capital próprio no total de R\$3.239 correspondentes ao lucro líquido apurado referente ao mês de fevereiro de 2024, o pagamento do referido valor será objeto de Assembleia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em 2025.

	Diretoria
Daniel Araújo do Pinho - Diretor Financeiro	
Thais Rodrigues Ponciano - Controladora Responsável - CRC 1SP-282352/O-0	

às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.


Fló de Janeiro, 26 de março de 2024	Ricardo Gomes Leite
ERNST & YOUNG	Contador
Audítores Independentes S/S Ltda.	
CRC-SP015199/F	CRC RJ-107146/O



Holding do Araguaia S.A.
CNPJ/MF nº 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA, HORÁRIO E LOCAL: Em 21/03/2024, 10h, na sede social da Holding do Araguaia S.A., na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005. **PRESEÇA:** Participação da totalidade dos conselheiros efetivos, por meio de conferência telefônica. **MESA:** Presidente: Marcello Guidotti e Secretário: Carlos Eduardo Auechewski Xisto. **ORDEM DO DIA:** Deliberar a autorização para celebração do Contrato de Prestação de Serviços Inerentes ao Centro de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



BEST ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.
CNPJ nº 59.105.643/0001-42 - NIRE nº 35300058151

CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores Acionistas da Sociedade convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que se realizará em 19 de abril de 2024, às 17 horas, na sede social, na Alameda Madeira, 162 - Conj. 305, Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP: 06454-010, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação do Relatório da Administração e dos Demonstrativos Financeiros do exercício de 2023; 2) Fixação dos honorários da Diretoria; 3) Outros assuntos de interesse da Companhia. Barueri, 08 de abril de 2024. A Diretoria (9, 10, 11)



Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A.
Companhia Fechada
CNPJ/MF nº 61.565.222/0001-46 - NIRE 35300320069

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas da Paramount Têxteis Indústria e Comércio S.A., para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizadas cumulativamente no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, em sua sede social, à Av. Eusébio